



## EDITAL N.º 06/2014

----- **DR. JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE**, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Amarante:-----

----- **TORNA PÚBLICO**, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, que esta Câmara Municipal em sua Reunião Ordinária de vinte de janeiro de dois mil e catorze, tomou as seguintes deliberações:-----

----- Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos Senhores -----

----- Presidente: José Luís Gaspar Jorge; e-----

----- Vereadores: António José Cerqueira Dinis de Mesquita, Jorge José de Magalhães Mendes, Raimundo de Magalhães Carvalho, Pedro Manuel Barros Pereira, Lucinda Silva Fonseca Morcira, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e Carlos Gonçalo Teixeira Pereira.-----

----- Secretariou o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Sérgio Martins Vieira da Cunha.-----

----- Lida em voz alta a ata n.º 02/2014 de 13 de janeiro de 2014 foi a mesma, por unanimidade, aprovada.-----

----- Quando eram nove horas e trinta minutos, o Exmo. Senhor Presidente deu início aos trabalhos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da Tesouraria referente ao dia 17/01/2014, bem como dos débitos ao tesoureiro relativos ao mês de novembro de 2013.-----

### ----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Vereador do PS, Dinis de Mesquita questionou o Senhor Presidente para quando pretende fazer o agendamento da proposta apresentada pelo PS no âmbito Social – Subsídio ao Arrendamento.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que é oportuno nesta data fazer-se uma alteração do Código Regulamentar que integra estas e outras matérias, designadamente, Voluntariado Jovem, Subsídio ao Arrendamento, Habitação Social

e todas outras políticas no âmbito social que carecem de revisão até porque os pedidos, devido à conjuntura do País, têm-se vindo a avolumar.- Disse ainda que o trabalho está a ser feito por toda a equipa de técnicos da DEDES que trabalham neste âmbito até porque há situações que não são exequíveis, uma vez que vão influenciar outras medidas a aplicar. Acrescentou que, trazer a proposta agora para discussão e eventual votação não será a forma mais correta de fazer a revisão do Código Regulamentar tendo em vista a necessidade de alterar outras matérias e articular todas elas.-----

----- O Senhor Vereador do PS, Raimundo de Magalhães disse que a proposta vinha na sequência do que já foi discutido neste Executivo e que, em casos concretos, constatou-se na dificuldade das famílias mais carenciadas aceder ao Subsídio de Arrendamento.- Acrescentou ainda, que a proposta visava colmatar algumas deficiências verificadas com os pedidos que têm vindo à reunião de Câmara e o que lhe parece é que estão a trabalhar para apresentarem uma contra-proposta sobre esta matéria.-----

----- O Senhor Presidente respondeu dizendo que o facto de o Senhor Vereador referir que "já estavam a trabalhar" dava a ideia de reação, quando há muito estava a ser estudado -----

----- A Senhora Vereadora da Área da Ação Social Lucinda Fonseca pediu a palavra e disse que a proposta a apresentar é técnica e não política. Acrescentou que este modelo de subsídio ao arrendamento foi alterado há pouco tempo, de acordo com o Regulamento e que a Câmara, até ao momento, tem dado resposta a quem a ele recorre. Lembrou ainda que, atendendo à nova realidade, há mais famílias carenciadas a solicitá-lo. Contudo, há condicionalismos a ter em conta, designadamente, com o orçamento da Câmara (cálculos do subsídio), períodos de candidatura e outros que requerem um trabalho exaustivo, por parte de todos os técnicos da Câmara, que o estão a fazer nesse sentido. Disse ainda, não ser possível até esta data apresentar uma proposta concreta pelos motivos acima mencionados e, atendendo ainda, ser necessário, recolher todos os dados possíveis no sentido de se fazer algumas alterações e reajustamentos, face às novas realidades.-----

----- A Senhora Vereadora do PS, Rosário Loureiro, pediu a palavra dizendo que corroborava as palavras do Sr. Vereador Raimundo Carvalho. A proposta apresentada pelo Partido Socialista para alteração ao Regulamento do Subsídio de

Arrendamento, não coloca em causa nem a inteligência das pessoas do anterior executivo, conforme colocado pelo Sr. Presidente da Câmara, nem as revisões que até à data foram consideradas oportunas, mas tão somente a mutação da realidade social, que nos leva a considerar a necessidade de se efetuar alterações, de forma a responder-se a um maior número de cidadãos. Assim, o funcionamento interno dos Serviços, dever-se-á ajustar a um eventual acréscimo de recorrência dos mesmos, dado que a confinção do período de candidaturas a dois meses do ano (Março e Outubro), deixará de fora, e, em situação de grave fragilidade social, muitos potenciais candidatos à medida. Esta situação é demonstrada pela intervenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Lucinda Fonseca, ao dizer que a verba do anterior orçamento não foi esgotada, o que reforça a necessidade da sua flexibilização.-----

----- O Senhor Presidente disse que não se deve banalizar esta questão, que tem de haver uma reflexão sobre este assunto, é uma nova realidade que ainda não está acautelada, adiantando, que alguns edifícios do município, nomeadamente, as antigas escolas primárias possam ser requalificadas e reabilitadas para alojamento dessas mesmas famílias.-----

----- O Senhor Presidente entregou cópia a cada um dos Senhores Vereadores do do documento para recolha de contributos do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa 2014 – 2020 (PEDI TS) elaborado pela faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto em que o Plano Territorial de Desenvolvimento do Tâmega 2008 -2013 reporta-se à área do CIM Tâmega e Sousa.-----

----- O Senhor Presidente solicitou a todos os Senhores Vereadores, apesar de reconhecer que o tempo é escasso, colaboração na apresentação de linhas orientadoras genéricas para que, até 4<sup>a</sup>. feira, apresente na reunião a levar a efeito junto da CIM um conjunto de medidas que diferencie o nosso território na região, para além da rota do românico-----

----- O Senhor Vereador do “Movimento Independentes Amarante Somos Todos”, Pedro Barros disse que, em simultâneo, se sentia espantado e envergonhado. Espantado com o teor do documento que foi distribuído ao Senhor Presidente que aponta para a actualização do Plano Territorial de 2008 com quatro eixos estratégicos que nada terão a ver com a nossa realidade atual e com o prazo até sexta-feira para apresentar um documento. Envergonhado pela falta de sensibilidade

e desinteresse demonstrado por alguns responsáveis do Baixo Tâmega e a falta de solidariedade entre os dois espaços que integram a CIM. Disse não ser aceitável ter-se chegado a este momento e não existir ainda um documento com as linhas orientadoras do Plano Estratégico, quer ao nível do Baixo Tâmega quer mesmo de Amarante, acreditando que o Vale do Sousa, dispondo de um instrumento como a Associação de Municípios, já tenha esse trabalho concluído. Disse que esse documento deveria ser o resultado de um amplo consenso da sociedade amarantina pois nele se jogará o futuro dos grandes investimentos nos próximos dez anos, ganhando ainda mais destaque pela redução que se espera venha a existir nas transferências de meios financeiros para as autarquias. Disse ainda que o que vai estar em jogo é a afetação de verbas para projetos dentro da região temendo que se continue a verificar o que se passou no atual Quadro Comunitário em que os Municípios do Vale do Sousa tiveram 75% dos montantes apoiados contra 15% do Baixo Tâmega. Disse que era preciso criar um clima de cooperação entre todas as forças políticas para que se possa responder de forma adequada, apresentando as bases de um documento que permita incluir os grandes projetos de que Amarante necessita. Disse, a finalizar, que os amarantinos não perdoariam aos eleitos que neste momento decisivo em que se joga o futuro dos próximos investimentos no concelho não fossem capazes de encontrar formas de colaboração capazes de defender os interesses do concelho.-----

----- O Senhor Vereador do PS, Dinis de Mesquita disse que, este assunto é de extrema importância para o Concelho. O Senhor Presidente tem prazo até 6º. Feira para apresentar a sua proposta e concede-nos até 4º. feira para apresentar sugestões. Dois dias é pouco para avaliar e refletir sobre esta matéria. De qualquer modo, os Senhores Vereadores do PS apresentarão as suas sugestões.-----

----- O Senhor Presidente concordou e disse que já era suposto este trabalho estar feito e que a metodologia não foi da sua iniciativa. Contudo, acrescentou que era seu objetivo apresentar um plano concertado com todos os Membros do Executivo.-

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO.- "1ª. Atualização de Protocolos de Ação Social Escolar – Janeiro 2014".-** (Registo nº. 226/2014/01/08).- Pela Senhora Vereadora Lucinda Fonseca foi presente a seguinte proposta:-----

----- "Pela deliberação nº 455/2013 de 16 de setembro, a Câmara Municipal aprovou o mapa com a proposta de protocolos relativo à Ação Social Escolar para o ano letivo 2013/2014.

Tal como estipula a Clausula II do protocolo com as diversas entidades, o valor protocolado em setembro de 2013 poderia ser revisto/atualizado, em virtude da avaliação do número de alunos subsidiados. Esta avaliação ocorre no final do 1º e 2º período letivo.

De referir que para as Juntas de Freguesia Bustelo Carneiro e Carvalho de Rei, Junta de Freguesia de Aboadela Várzea e Sanche e Junta de Freguesia de S. Simão, propõe-se atribuir um valor adicional de 1.628€, 1.221€ e 1332€, respetivamente, relativo a custos com pessoal. Informo, como esclarecimento, que o pessoal referido refere-se a assistentes operacionais colocados em escolas e/ou jardins de infância, cujo funcionamento é da responsabilidade do município.

Para a Junta de Freguesia de Rebordelo, Centro Social de Jazente e CLAP, propõe-se atribuir um valor adicional de 486€, 150€ e 500€, respetivamente, relativo a custos com transportes por acréscimo no número de kms inicialmente protocolados.

Assim, **proponho**

**A aprovação do mapa anexo, com a atualização das prestações mensais dos protocolos já acordados, a concretizar a partir de fevereiro 2014.**

Amarante, 08 de janeiro de 2014

A vereadora

Lucinda Fonseca"

----- A Câmara deliberou, **por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca**, e, conseqüentemente, **aprovar o mapa anexo**, com a atualização das prestações mensais dos protocolos já acordados, a concretizar a partir de fevereiro 2014.-----

----- **URBANISMO** - Emissão da certidão de destaque **Requerente:** - Sandra Isabel da Cunha Leite - **Local:** Lugar de Pousada, da União de Freguesias de Figueiró (Santiago) **OP-DES 17/2013.-** A Câmara deliberou **emitir a certidão nos**

termos dos pareceres técnicos de 10 de dezembro de 2013, 09 e 14 de janeiro de 2014 e ainda por proposta do Senhor Vereador do Urbanismo desta última data, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **URBANISMO** - Licenciamento de obras de alteração -**Requerente:** - Manuel Torres da Silva **Local:** Campo Grande da União de Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa **Procº 224 / 2013 LE-EDI.**- A Câmara deliberou **aprovar o projeto de arquitetura**, de acordo com os pareceres técnicos de 17.12.2013 e de 09 e 13 de janeiro de 2014, bem como da proposta do Senhor Vereador de 14 de janeiro de 2014, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

Mais deliberou a Câmara notificar o requerente para, **no prazo de seis meses, apresentar os projetos das especialidades.**-----

----- **FUNDOS DE MANEIO.**- “Constituição de Fundos de Maneio”.- (Registo nº. 443/2014/01/14).- A Câmara deliberou **aprovar os Fundos de Maneio, de acordo com os pareceres técnicos do DAG de 14 de janeiro de 2014**, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Centro Escolar de Madalena/Lufrei – Arranjos Exteriores”.- Adjudicatário:- Predilethes Construções, Ldª.- (Aprovação do auto de vistoria e liberação faseada da caução de garantia, ao abrigo do artigo 4º. do Dec-Lei nº. 190/2012, de 22.08).- (Registo nº. 23722/2013/12/20).- Atento o teor dos pareceres técnicos de 09 de janeiro, bem como da proposta do Senhor Vereador de 14 de janeiro de 2014, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria de 09 de janeiro de 2014 e liberar a caução da garantia no valor de 30% da obra.**-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Sistema de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais às Freguesias de Fregim, Louredo e Vila Cais – *Empreitada A.* - (Empreitada Complementar).- Adjudicatário:- Manuel da Costa Amaro & Cª. Ldª.- (Aprovação do auto de vistoria; receção definitiva e liberação de cauções).- (Registo nº. 173/2014/01/07).- Atento o teor dos pareceres técnicos de 07 e 09 de janeiro, bem como da proposta do Senhor Vereador de 13 de janeiro de 2014, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria de 04 de dezembro de 2013; receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação de cauções.**-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.-** “Sistema de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais às Freguesias de Fregim, Louredo e Vila Caiá – *Empreitada A.-* Adjudicatário:- Manuel da Costa Amaro & C<sup>a</sup>. Ld<sup>a</sup>.- (Aprovação do auto de vistoria; receção definitiva e liberação de cauções).- (Registo nº. 170/2014/01/07). Atento o teor dos pareceres técnicos de 07 e 09 de janeiro, bem como da proposta do Senhor Vereador de 14 de janeiro de 2014, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, a Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria de 04 de dezembro de 2013; receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação de cauções.**-----

----- **ASSOCIAÇÕES.-** “Atribuição de subsídio para o ano de 2014”.- **Requerente:-** CSCD.- Centro Social Cultural e Desportivo dos Funcionários da CMA.- (Registo nº. 173/2014/01/03).- )-----

----- O Senhor Vereador do “Movimento Independentes Amarante Somos Todos”, Pedro Barros disse que este subsídio devia integrar a lista de atribuição de subsídios às associações e não individualmente.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que a atribuição deste subsídio a esta Associação tem legislação própria e, por conseguinte, pode ser apresentado individualmente, uma vez que o mesmo, tem suporte legal, designadamente na Lei nº. 75/2013 de 12.09.-----

----- A Câmara deliberou **atribuir ao CSCD.-** Centro Social, Cultural e Desportivo dos Funcionários da CMA **um subsídio de € 30.000,00 (trinta mil euros) para o ano de 2014** a transferir em duodécimos.-----

----- O mesmo Senhor Vereador apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Voto favoravelmente a proposta apresentada de atribuição de subsídio ao CSCD – Centro Social, Cultural e Desportivo dos Funcionários da CMA, em coerência com a aprovação do Orçamento de 2014 e no entendimento de uma prática reiterada de sucessivos Executivos. Contudo, é nosso entendimento que a atribuição de subsídios às Associações do concelho deveria ser apresentada ao Executivo numa proposta global, elaborada segundo critérios de equidade, valorando o mérito das propostas de actividades, o seu enquadramento nas orientações estratégicas do Município, estabelecendo a competente participação face aos meios disponíveis financeiros orçamentados. Esta metodologia permitiria uma maior justiça e equilíbrio na respectiva atribuição,*

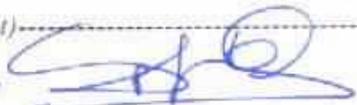
respeitando a sua proporcionalidade face aos meios orçamentados em detrimento de análises casuísticas que, forçosamente, condicionarão as atribuições às restantes Associações.”-----

----- De harmonia com o disposto no artigo 19º, in fine, do Código do Procedimento Administrativo, FOI OBJETO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA, por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata, O SEGUINTE ASSUNTO:-----

----- URBANISMO.- “Ratificação da Comissão de Vistorias – 17/01/2014”.- (Registo nº. 631/2014/01/17.-----

----- A Câmara deliberou ratificar a composição da Comissão, de acordo com o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara de 20 de Janeiro de 2014.-----

----- Para constar se publica o presente edital que vai ser afixado nos locais de estilo e cuja ata está disponibilizada na página eletrônica do Município ([www.cm-amarante.pt](http://www.cm-amarante.pt))-----

----- E eu,  Sérgio Martins Vieira da Cunha, Diretor do Departamento de Administração Geral o subscrevi.-----

----- Amarante, aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e catorze-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Dr. José Luís Gaspar